

# Um plano emergencial

## Roriz anuncia série de medidas para a Saúde

Ontem, em Brazlândia, o governador Joaquim Roriz anunciou um plano emergencial para a Saúde de Brasília, envolvendo a recuperação da estrutura física do sistema, o melhoramento dos recursos humanos e o reaparelhamento das unidades hospitalares no DF.

Entre as principais ações anunciadas está a descentralização orçamentária para as unidades hospitalares, dando-lhes mais autonomia financeira e de gestão. Outro destaque é a criação de cargos de supervisão das atividades administrativas e operacionais para os hospitais.

– Elevador quebrado não é da conta dos médicos – disse.

O novo plano emergencial também prevê a valorização das atividades de chefia. Para isso, o governador pretende elevar o nível de remuneração nas unidades hospitalares. Profissionais que se deslocam para a área rural também serão valorizados, segundo o governador. Assim como os médicos e paramédicos

que participam de mutirões de cirurgias.

– Esses profissionais receberão uma espécie de gratificação – prometeu Roriz.

Para acabar com o problema da falta de medicamentos, o governador pretende adotar mecanismos para a aquisição de remédios na Central de Compras, sem necessidade de licitação, como ocorre hoje.

Ontem, no Hospital de Brazlândia, o governador assinou uma ordem de serviço autorizando a Secretaria de Obras e Infra-Estrutura a iniciar reparos em todos os hospitais, postos e centros de saúde. Ele explicou que iniciou pelo hospital da cidade-satélite porque "aqui a situação é de urgência urgentíssima".

– Não quero mais ouvir que a saúde no DF é um caos. Os problemas que existem serão corrigidos – afirmou.

Uma mensagem foi enviada ontem pelo governador à Câmara Legislativa para a modificação da gestão administrativa de rede pública local. Ele alertou, porém, que algumas das alterações dependem da aprovação dos deputados distritais.

O Ministério da Saúde está analisando se decreta o fim da gestão plena dos repasses da

União para a área da Saúde no DF.

O governo federal tomou a decisão com base numa auditoria, realizada no último mês, para apurar supostas irregularidades.

Um relatório preliminar do ministério constatou falta de medicamentos "em função da má gestão dos recursos públicos". Caso seja decretado o fim da autonomia, o governo local perde a prerrogativa de remanejar verbas destinadas à Saúde como acontecia em anos anteriores. Atualmente, o GDF recebe cerca de R\$ 15 milhões mensais para o setor. (Sérgio, Pardellas)

**"Não quero mais ouvir que a Saúde no DF é um caos"**